

Jornal de PSICOLOGIA

Director: LEANDRO ALMEIDA

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

ANO 3 — N.º 3

PREÇO: 40\$00

MAIO-JUNHO/84

EDITORIAL

Exercício profissional da Psicologia

Temos feito referência, repetidamente, às apreensões inerentes à pouca definição da prática psicológica no nosso país e às dificuldades que daí resultam para os seus profissionais e público em geral. Esta situação, generalizável aos vários domínios dessa prática, aparece agravada quando nos reportamos ao exercício da consulta psicológica.

Um pouco pela novidade da situação, o que não impede a existência já de alguns vícios, e bastante pela falta de empenho dos psicólogos e das suas estruturas organizativas, tal indefinição poderá vacilar para práticas pouco dignificantes, com implicações negativas e comprometedoras do futuro da psicologia no nosso país. A desorientação existente e a crença de que «de psicólogos todos temos um pouco...», sobretudo quando há uma formação ou uma prática profissional intimamente ligada à Psicologia, têm proporcionado que outros profissionais se sintam no direito (talvez sentido como um dever dada a situação actual...) de definir o que deve ser ou quem deve exercer a prática psicológica.

Infelizmente é o que parece estar a acontecer neste momento com a definição da formação e do exercício profissional dos psicólogos, designadamente nos serviços de saúde, ou com a organização dos serviços de consulta psicológica de orientação vocacional no contexto educativo. A complementaridade possível e desejável entre profissionais afins justifica uma adequada reflexão e contribuição de todos, nomeadamente daqueles que por razões históricas representam o poder nessas instituições. No entanto, quando associações profissionais, que não de psicólogos, pretendem chamar a si o processo de definição e organização da prática psicológica no nosso país tal, no mínimo, não nos parece sensato.

Esse esforço, que à primeira vista poderia ter o mérito de representar um primeiro contributo no sentido de alertar para a necessidade de clarificar uma situação susceptível de alimentar os mais sérios abusos, parece estar a assumir a forma de um total desrespeito para com a formação e a prática dos mais directamente implicados, à partida — os psicólogos. Resulta, assim, que tais propósitos sejam tomados como formas de «ingerência», onde as boas intenções parecem estar associadas a uma certa preocupação de manter situações de prática psicológica pouco em acordo com as transformações operadas ou a operar.

Aos psicólogos portugueses cabe, desde já, a responsabilidade de uma maior implicação na análise e redimensionamento da sua prática profissional.

LEANDRO ALMEIDA

Sumário

Perspectiva psicológica Para a compreensão do alcoolismo

JORGE NEGREIROS

PAGINA 2

Clinica e estatística

BERNARD CADET

PAGINAS 3 e 4

Psicologia do desenvolvimento

ENTREVISTA COM... BARBEL INHELDER

PAGINAS CENTRAIS

Adolescência No «Frei Luis de Sousa»

CONSTANÇA PAUL

PAGINA 9

Intervenção psicológica na educação

PAGINA 5

Neuropsicologia cognitiva

PAGINA 12

Necessidade de alargar a intervenção dos psicólogos no sistema educativo e na sociedade

— reconheceu o Ministro da Educação. (pág. 5)

OPINIÃO

A emergência da perspectiva psicológica para a compreensão do alcoolismo

A definição do conceito de «alcoolismo» tem, ultimamente, suscitado fortes controvérsias, que traduzem, no fundo, sérias divergências entre profissionais e teóricos que trabalham nesta área.

Basicamente, podemos afirmar que este confronto se dá relativamente a duas concepções distintas acerca da natureza do alcoolismo e de outros problemas relacionados com o consumo de álcool. O modelo unitário, que associa o alcoolismo à noção de «doença», representa uma dessas perspectivas. A outra perspectiva, caracteriza-se por uma abordagem multidimensional dos problemas relacionados com o uso do álcool, e, para o seu desenvolvimento, tem contribuído o trabalho de diversos psicólogos. Esta concepção emergente tem permitido novas abordagens sobre o fenómeno do alcoolismo, que se exprimem, nomeadamente, através de uma definição mais rigorosa dos seus determinantes e do desenvolvimento de métodos de tratamento mais eficazes. Este artigo pretende ilustrar de que forma esses trabalhos têm concorrido para o desenvolvimento desta perspectiva psicológica emergente.

Numerosas tentativas têm procurado construir uma definição de alcoolismo que seja universalmente aplicável e operacionalmente útil. Essas tentativas têm-se mostrado, até ao momento, largamente mal sucedidas. Na última década tem-se, no entanto, desenhado um movimento que se caracteriza pela crítica à concepção tradicional do alcoolismo, a qual surge, em muitos aspectos, incompatível com esta nova concepção psicológica. Embora incipiente, esta perspectiva tem conduzido a um conhecimento mais aprofundado sobre o alcoolismo e o alcoólico, originando, simultaneamente, o reexame de abordagens menos «felizes» sobre este problema. A compreensão deste movimento exige, no entanto, que nos debruçemos sobre os pressupostos do modelo tradicional acerca

do alcoolismo, analisando, de seguida, as limitações deste modelo na óptica desta perspectiva psicológica emergente.

1 — O MODELO UNITÁRIO SOBRE O ALCOOLISMO

A perspectiva baseada no modelo unitário, isto é, a perspectiva tradicional e ainda largamente aceite, considera que o alcoolismo é uma perturbação que segue um desenvolvimento caracteristicamente lento, mas progressivo, evoluindo de um problema menos sério para um problema mais sério. Os sintomas apareceriam, assim, inexoravelmente, numa ordem sequencial, que iria desde a dependência inicial até um elevado nível de deterioração. Tratando-se de uma «doença», o alcoolismo pode ter muitas causas distantes, mas

todas convergem para um conjunto de sintomas interrelacionados (i.e. um síndrome): dependência psicológica acompanhada de padrões patológicos de consumo; perturbações do funcionamento social; tolerância fisiológica em sintomas de abstinência que podem resultar em complicações médicas (Mayer, 1983).

De um ponto de vista etiológico esta perspectiva sugere que a predisposição para o alcoolismo pode ser hereditária embora admita que o desenvolvimento da dependência em relação ao álcool possa requerer a conjugação de certas influências do meio e um estilo de vida inapropriado (Goodwin, 1979).

Relativamente aos factores responsáveis pela manutenção de um consumo excessivo, esta concepção postula que eles são, essencialmente, de natureza fisiológica e bioquímica. A necessidade de consumir álcool, por exemplo, está dependente de mecanismos bioquímicos. Assim, a ingestão de álcool desencadeia um conjunto de reacções que se processam independentemente

JORGE NEGREIROS DE CARVALHO (*)

do conceito unitário da «doença» relacionado com o abuso do álcool. Miller (1976), por exemplo, refere que a falta de consenso em relação a uma definição do alcoolismo bem como a proliferação de estudos recentes efectuados neste domínio, colocam sérias reservas a uma concepção unitária do alcoolismo. Do mesmo modo, Wanberg e Horn (1983) consideram que o fenómeno referido como alcoolismo não é, de forma alguma, unitário, devendo, pelo contrário, ser encarado como uma rubrica sob a qual várias condições podem ser agrupadas. Estes autores sugerem, assim, uma descrição dos problemas relacionados com o álcool em termos de múltiplos padrões (múltiplos tipos de alcoólicos e de problemas de bebida).

Esta perspectiva desenvolve-se, assim, pelo menos parcialmente, a partir das limitações evidenciadas pelo modelo tradicional. As contri-

Os problemas relacionados com o álcool têm vindo a ser redefinidos como padrões de desadaptação ou tentativas inadequadas para lidar com o «stress». O alcoolismo é cada vez mais encarado como um conjunto de «várias condições distintas, que têm distintas etiologias e que requerem terapias distintas».

temente da vontade, originando uma perda de controlo sobre a bebida e uma eventual intoxicação. Não surpreende, pois, que esta perspectiva defenda o não-consumo como único objectivo de tratamento apropriado para alcoólicos. Sendo o alcoólico alguém que, por definição, perdeu o controlo sobre a sua capacidade de regular ou moderar a bebida, o não consumo representa o único objectivo de tratamento eficaz no sentido de deter o curso progressivo da doença.

Os métodos de avaliação que têm sido utilizados tradicionalmente para identificar alcoólicos incluem medidas de auto-relato («escalas» indirectas e «escalas» directas), embora se recorra, igualmente, a medidas fisiológicas, comportamentais ou predictivas (e.g. estudos longitudinais) (Miller, 1976). Todas estas medidas pressupõem, no entanto, aceitação de uma nomenclatura binária (alcoólico versus não alcoólico).

buções desta perspectiva para a compreensão do alcoolismo, estendem-se, deste modo, a questões tão complexas como a etiologia, os factores responsáveis pela manutenção de um consumo excessivo, os métodos de avaliação e o tratamento.

a) Etiologia do alcoolismo e factores responsáveis pela manutenção de um consumo excessivo

Os problemas relacionados com o álcool têm vindo a ser redefinidos como padrões de desadaptação ou tentativas inadequadas para lidar com o «stress». Todavia, mesmo que consideremos que o alcoolismo descreve uma entidade com sentido, será difícil identificar um único processo que conduza à «doença» já que esta perturbação é cada vez mais encarada como um conjunto de «várias condições distintas, que têm distintas etiologias e que requerem terapias distintas» (Wanberg e Horn, 1983-p. 1056). Em contraste com o modelo unitário do alcoolismo, esta abordagem procura compreender a dependência no contexto de um sistema individual complexo em que se interligam factores do meio com acontecimentos da história pessoal. Trata-se, assim, de complexificar o processo etiológico não o fazendo depender, exclusivamente, de factores intrapsíquicos ou fisio-

2 — A PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL-PSICOLÓGICA

Esta concepção começa por questionar a própria validade do constructo «alcoolismo», ou, pelo menos, a integridade de um con-

Jornal de
PSICOLOGIA

DIRECTOR:
Leandro Almeida

DIRECTOR-ADJUNTO:
Mário do Céu Taveira

CHEFE DE REDACÇÃO:
José Fernando Azevedo Cruz

REDACÇÃO:
Jorge Negreiros, Maria de São Luís Castro, Oscar Gonçalves e Rui Abrunhos Gonçalves (Porto); Carlos Pires, Ana Gabriela, Margarida Barreto, Márcio Simões e Natália Ramos (Coimbra); Rui Barrota, Inácio Fladeiro, Luís Neto, Manuel Ganda e Rita Calado (Lisboa).

SECRETARIADO:
António Alves, Camilo Valverde, Maria do Céu Machado e Paulo Machado.

COLABORADORES:
Alves Gamello (Lisboa), Amaral Dias (Coimbra), Anna Bonboir (Louvain-la-Neuve), Artur Pereira (Porto), Ana Maria Fontaine (Porto), Bárbara Campos (Porto), Bráçinha Vieira (Lisboa), Brigitte Cardoso e Cunha (Porto), Claude Prevost (Paris-França), Eleanor Gasienica (Mt. Sinai-EUA), Gunnar Kylla (Estocolmo-Suécia), Bakken Brokstedt (Estocolmo-Suécia), Isolina Borges (Porto), Joanne Steuer (Califórnia-EUA), J. Helder Ruyter (Porto), Lois Thies Sprinthall (North Carolina-EUA), Ludwig Lowenstein (Southampton-Inglaterra), M. Madalena Pereira (Porto), Maurice Reuchat (Paris-França), Norman Sprinthall (North Carolina-EUA), Patricia Fontes (Irlanda), Peter Merenda (Rhode Island-EUA), Stephen Larsen (Austin-EUA), Vasco Fernandes (Porto).

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:
(Excepto nos meses de Julho/Agosto).
ASSINATURA ANUAL (6 números):
Pessoal, 150\$00; Instituições, 250\$00.
Preço avulso, 40\$00.
Números atrasados, 50\$00.

SUBSCRIPTIONS: The Journal of Psychology is issued five times a year, in January, March, May, September, and November.
Annual subscription rates follow: Individual, \$6; Institutions, \$10. Write to: Journal of Psychology, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto - Portugal.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
COOPAG, CRL - Artes Gráficas
Est. Interior da Circunvalação, 14 011
Telefone 681423 - 4190 Porto

PROPRIETÁRIO:
Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE:
JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto.

DISTRIBUIDORA:
DISNORTE - Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda.
Av. Camilo, 263-r/c - 4300 Porto
TIRAGEM: 4000 exemplares.

SUBSIDIADO POR:
• Fundo de Apoio aos Organismos Juvenís (Porto).
• Fundação Eng.º António de Almeida.

LIVROS E PUBLICAÇÕES:
Paremos referência neste Jornal a livros, podendo estes ser submetidos a crítica ou referência especial, conforme dos mesmos nos sejam enviados dois ou mais exemplares, respectivamente. Desempenhamos estabelecer intercâmbio com outras publicações. Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications. We wish to establish exchange with other publications.

(CONTINUA NA PAG. 8)

Clínica da estatística e estatística da clínica

Desde a sua primeira inscrição em Psicologia nas Universidades, certos estudantes descobrem com inquietação, senão mesmo angústia, que o ensino da Estatística está ausente ao longo de todo o curso.

As relações entre a Psicologia e a Estatística não são todavia recentes já que foram oficializadas nos primórdios do ensino da Psicologia, aquando da criação da sua licenciatura.

O facto de, por causa do número de candidatos à formação, terem sido elas a inaugurar programas universitários, mostra claramente que 35 anos de convívio não foram suficientes para modificar atitudes profundas.

Se o público culto concebe, em última instância, que uma abordagem experimental em Psicologia possa recorrer aos métodos estatísticos, estes em nada reenviam para a imagem algo arquetípica da profissão do psicólogo: a do exercício da actividade clínica.

Este termo designa, como se sabe, um método ligado ao estudo e tratamento de dificuldades específicas a cada cliente, mobilizando, para fins evolutivos, diversos níveis da sua dinâmica pessoal. Por uma série de deslocamentos semânticos, a palavra tornou-se praticamente, em Psicologia, sinónimo de individualidade.

Com uma simplificação equivalente, as abordagens numéricas poderiam ser descritas como técnicas de avaliação de caracteres comuns a grupos de sujeitos, técnicas essas pelas quais as particularidades individuais apenas representam simples flutuações.

Decerto que uma análise com mais argumentos poderia mostrar que talvez estejamos em presença de *duas abordagens e duas linguagens* segundo a expressão que QUILLÉ (1982) aplica a uma questão semelhante. Em certos pontos parece mesmo, como o sublinha REUCHLIN (1972-1973), tratar-se de duas psicologias provenientes *de orientações... irreduzivelmente divergentes*.

A questão que aqui se põe é portanto a da unidade da Psicologia e os trabalhos consagrados por LAGACHE a este tema (1949), organizavam-se em redor da ideia de que método clínico e método experimental, apreciavam, por meios diferentes, aspectos complementares, isto é, *uma unidade profunda de doutrina quanto ao objecto da psicologia e aos princípios de uma explicação dos comportamentos* (idem).

A ideia de complementaridade que implica no mínimo uma tal posição, em nada reuniu ulteriormente as aprovações dos investigadores e práticos, que a consideram muitas vezes como artificial, senão mesma *«suspeita»* (QUILLÉ, 1982), de um duplo jogo metodológico.

No entanto, se a cada abordagem convém salvaguardar a respectiva especificidade, já que em certa medida ela reconstrói ou recria uma realidade, isso jamais significa que o psicólogo deva defi-

nitivamente ser o homem de uma só técnica.

Esforçar-nos-emos por demonstrar que a clínica e a estatística em nada representam os termos de uma alternativa, mas duas abordagens distintas (por vezes intrincadas), cuja composição, em contraponto, em diversos momentos da análise psicológica, poderá ser encarada com benefício.

I — CLÍNICA NA ESTATÍSTICA

Longe de ser abordado com a disponibilidade de espírito que deveria caracterizar os futuros psicólogos, o ensino dos métodos estatísticos dá lugar a reacções de rejeição, precoces mas duráveis, de tal maneira frequentes que justificam que se empreenda aqui o esboço de uma análise clínica deste fenómeno.

Constatamos várias vezes que a estatística é assimilada à matemática sem qualquer outra forma de julgamento, provocando ocasionalmente a reactivação de contenciosos antigos, que se crêem ultrapassados, com esta matéria. As transferências de atitudes negativas, os pedidos, a princípio arrependidos, pelos quais o estudante se declara ele próprio como incompetente, podem ser assimilados a *«limitações fundamentais do Eu»* (S. FREUD) e advêm portanto da série das inibições.

Se o público culto concebe, em última instância, que uma abordagem experimental em Psicologia possa recorrer aos métodos estatísticos, estes em nada reenviam para a imagem algo arquetípica da profissão do psicólogo: a do exercício da actividade clínica.

Este argumento poderia parecer superficial se não estivesse apoiado pela repetição anual das constatações que põem em evidência as raízes manifestamente afectivas e reaccionais de tais atitudes.

Reforçadas por racionalizações extraídas em domínios diversos, estas reticências continuam por vezes inacessíveis a todas as achegas *«racionais»* de informação, visando desinvestir este ensino do

halo que o afecta de uma forma tão negativa.

As consequências deste estado de coisas não são somente prejudiciais, no imediato do curso; elas não dizem somente respeito ao plano pedagógico já que induzem a longo termo, por vezes conscientemente, e na maioria dos casos da forma indirecta, uma valorização de práticas que se referem em traços largos à intuição e ao empirismo.

É evidente que logo que se trate de conhecer os afectos e as suas conotações, recolher as informações que constituem a matéria fundamental da clínica, estes dois modos de conhecimento merecem ser investidos de um estatuto privilegiado pela adequação espontânea que apresentam com os conteúdos estudados.

No entanto estas qualidades, evidentes num primeiro tempo, não são provavelmente bastante credíveis para servir de guias a toda uma abordagem. O mais provado empirismo, a intuição mais fina, apresentarão garantias epistemológicas suficientes para fornecer princípios de racionalidade a decisões

A clínica e a estatística em nada representam os termos de uma alternativa, mas duas abordagens distintas (por vezes intrincadas) cuja composição, em contraponto, em diversos momentos da análise psicológica, poderá ser encarada como benefício.

que implicam sempre profundamente as pessoas a que dizem respeito? De um ponto de vista estritamente epistemológico estas modalidades de conhecimento continuam rudimentares e não deixam de pôr questões aos *«praticistas»*, de forma ainda mais forte já que a *«clínica»* não é necessariamente *«a praxis natural de uma teoria exterior»* (QUILLÉ, 1982) e que, desde sempre, validações de âmbito geral ou garantias técnicas devem ser procuradas algures que não nas teorias.

II — ESTATÍSTICA NA CLÍNICA

Falar de método clínico ou de exame clínico supõe a referência a uma forma de proceder, uma sistematização de abordagem que diferencia esta actividade de um seguimento de impressões somente determinadas pelo momento ou lugar do seu aparecimento.

A clínica psicológica é uma atitude epistemológica cujo carácter técnico, no melhor sentido deste termo, garante especificidade e pertinência às intervenções dos psicólogos.

Ela implica assim uma série de operações cuja natureza pode ser precisada retomando aqui a análise que FOUCAULT (1963) efectua da clínica médica, a partir da qual,

pelo menos historicamente e mesmo na sua denominação, se inspirou a abordagem correspondente em Psicologia.

A noção de *«observação sensível»* do clínico tem aí um lugar preponderante. Este termo não designa tanto uma técnica particular de exame, quanto uma atitude epistemológica, um conjunto de conhecimentos, que modifica o estatuto das informações recolhidas junto do paciente.

É com efeito graças a esta receptividade particular que o sintoma, entidade visível do todo, se torna signo, isto é, elemento de um sistema de conhecimento.

Nesta óptica, o clínico seria um especialista, tentando numa verdadeira hermenêutica situar cada uma das características individuais no quadro de construções gerais susceptíveis de explicitar o seu sentido e âmbito.

FOUCAULT sublinha as principais etapas desta actividade, precisando que o clínico:

- totaliza ao comparar;
- rememora o funcionamento normal;
- regista as frequências da simultaneidade e da sucessão;
- prescreve para além das primeiras aparências.

Ora estas operações são precisamente aquelas que os métodos estatísticos se propõem efectuar também eles totalizando, comparando, determinando frequências e procedendo a predições.

Actividade clínica e métodos estatísticos estariam assim menos opostos do que pareceria numa primeira análise; convergem pelo menos nos projectos epistemológicos, comparáveis nas suas finalidades por vezes nas suas formas.

Poder-se-ia aqui objectar que se tratam de analogias de carácter extremamente geral e de qualquer forma demasiado imprecisas para serem operacionalizadas.

Elementos de resposta, providos directamente do campo da psicologia, podem ser encontrados nos trabalhos que P. E. MEEHL (1954-1960) consagrou aos métodos clínico e estatístico.

Para este autor não se trata propriamente de falar de duas abordagens inteiramente concorrentes mas antes de duas modalidades de tratamento das informações.

A questão da sua comparação, supõe um ponto de partida intrín-

(CONTINUA NA PÁG. 4)

(*) Universidade de Caen (França). Tradução de Rui Abrunhosa Gonçalves.

Clínica e estatística

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 3)

secamente idêntico e portanto um corpo informativo equivalente, ao qual será aplicado cada um dos métodos.

Para vinte situações tratadas desta forma, o «facto bruto» que MEEHL apresenta é que *em todos (estes estudos) à excepção de um as predições estatísticas eram iguais ou muito próximas às feitas pelo clínico* sendo a validação efectuada a partir de critérios externos tais como o sucesso de uma formação, a reincidência ou a cura.

Apesar de certos particularismos, ou mesmo de certas simplificações, que este estudo supõe (SYDIAHA, 1959), o seu interesse reside no facto de ele demonstrar a possibilidade efectiva de formalização de uma parte do trabalho clínico: a que se relaciona com o tratamento de elementos de informação recolhidos para um sujeito.

Sobre este último ponto, são essencialmente os factores de ordem cognitiva, bem mais que os afectivos, que são utilizados. MEEHL dá primeiramente importância à «reconstrução lógica da actividade clínica» (1954) e depois, dentro da mesma óptica, ao estudo da «actividade cognitiva do clínico» (1960) que consiste em combinar as informações, ponderando-as, com vista a enunciar um juízo, uma opinião ou um prognóstico.

Ora, ainda aqui, estes objectivos são precisamente aqueles que assistem certas técnicas estatísticas (tais como a regressão linear simples e múltipla).

Dois níveis de tratamento da informação são assim assinalados:

- um é praticado em clínica de forma intuitiva e empírica;
- o outro, mais formalizado, recorre aos métodos estatísticos para expor as suas conclusões.

O conceito de «unidade de um campo científico não deve ser confundido com as escolhas metodológicas que o seu conhecimento implica. Que se pensaria de um médico que ao definir-se como clínico visse aí um motivo para recusar todas as medidas objectivas de laboratório ou o recurso a instrumentos susceptíveis de aumentar o conhecimento sobre os seus pacientes?

Um projecto isomorfo subentende as duas abordagens já que se trata, num e noutro caso, de chegar a uma opinião (ou a um juízo clínico) a partir da síntese das informações elementares.

Nesta óptica, podemos descrever o clínico como um «estatístico implícito» tanto mais facilmente quanto as inferências feitas em clínica se fundam sobre o empirismo, sobre a experiência profissional, sobre uma prática experimental que supõe precisamente uma acumulação de observações apresentando entre si elementos comuns, o que faz referência a uma base estatística implícita.

III — ALGUMAS CONSTATAÇÕES E ALGUMAS PERSPECTIVAS

Os numerosos trabalhos dos psicólogos cognitivistas sobre o julgamento (*judgement*) e os processos de decisão abrem outras perspectivas sobre o tema em questão.

Múltiplas experiências e numerosas constatações puseram em evidência que toda a actividade humana de juízo e avaliação empírica comporta deformações sistémicas no tratamento das informações, a que foi dado o nome de *desvios de julgamento* (*biases de judgement*).

Entre as três dezenas actualmente conhecidas (HOGARTH, 1980), citamos:

- a percepção selectiva das informações: só aquelas que estão de acordo com uma opinião já formada é que são procuradas ou percebidas.
- a dificuldade em estimar as covariações e a existência de «correlações ilusórias».
- a falta de vigilância e de rapidez para tomar em consideração as informações novas (conservantismo).
- sobre-estimação da confiança que convém acordar aos juízos e aos diagnósticos.
- utilização de «heurísticas», ou seja, procedimentos que permitam reduzir o esforço mental; ancoragem das opiniões; hábitos de julgar, estereótipos, etc...
- desvios (*biases*) de retroactividade; logo que se constata que um acontecimento teve lugar, tem-se tendência a pensar retrospectivamente em termos de que teria sido razoável prevê-lo lançando mão das informações disponíveis anteriores à sua ocorrência.

Sob as suas formas empíricas, certos efeitos destes desvios foram

uma abordagem analítica da situação, chegar a decisões que não negligenciam nenhum aspecto dos dados recolhidos.

Este procedimento, onde podem ser definidas formas variadas para cada situação, apresenta igualmente a vantagem de ter em conta uma característica fundamental dos dados recolhidos em clínica: o seu carácter *probabilístico*. A recorrência das constatações ou das associações observadas pelo clínico permite somente inferir evoluções prováveis, ou, mesmo, extremamente prováveis, sem que jamais a certeza do determinismo absoluto possa ser atingido.

O grau de indeterminação que subsiste (mesmo que seja fraco) não deve ser negligenciado ou afastado sob pena dos desvios de sobre-estimação já evocados.

O tratamento desta «incerteza» provém, pelo contrário, de uma necessidade epistemológica, já que representa um elemento observável da situação e somente as metodologias relativamente formalizadas estarão à altura de o efectuar.

No estado actual, parece que esta orientação poderá ser encarada com benefício nas duas direcções.

1 — A utilização da noção de «*probabilidade subjectiva*» definida como «um grau de crença na ocorrência dos acontecimentos». Este conceito corresponde perfeitamente à posição do clínico que está à altura para atribuir, em função das suas opiniões, graus diferentes de veracidade a ocorrências definidas.

No domínio específico do julgamento, o seu tratamento pelo teorema de BAYES formaliza a passagem de uma opinião inicial a uma opinião modificada, dita, a posteriori, após integração, com a ponderação que advém de informações novas. Este teorema é geralmente considerado como uma regra optimal de revisão das opiniões.

Poderia ser oportuno, em certos aspectos do diagnóstico ou da emissão de julgamentos, utilizar um «*pensamento Bayesiano*» (ARKES, 1981), tal como se faz mais correntemente em economia ou medicina face a situações formalmente idênticas.

2 — Um segundo modelo de referência, abundantemente estudado, é designado sob a denominação de «*teoria da decisão*».

Trata-se de um conjunto de técnicas estatísticas que permitem, a partir de uma análise conceptual dos elementos em presença, reter as escolhas situadas num futuro incerto permitindo a(s) decisão(ões) mais racional(ais).

Nas situações que o clínico conhece, trata-se de decidir sobre a oportunidade mais útil para o sujeito. Certamente que a aplicação do modelo supõe a determinação de todos os valores ligados às diferentes escolhas, segundo escalas que nem sempre são fáceis de construir. Mas a possibilidade, sublinhada pelos trabalhos de psicólogos, de recorrer a valores subjectivos, não somente de probabilidade mas também de utilidade, (teoria SEU), oferece um quadro de análise muito próximo do clínico na sua prática quotidiana.

O mais provado empirismo, a intuição mais fina, apresentarão garantias epistemológicas suficientes para fornecer princípios de racionalidade a decisões que implicam sempre, profundamente, as pessoas a que dizem respeito?

Substituindo uma intuição globalizante por uma abordagem decisória explicitada, o psicólogo não desiste de nenhuma das suas prerrogativas e não abandona nenhuma das suas responsabilidades. Não faz mais que utilizar um utensílio que lhe permite evitar certas contradições e incoerências. Estas introduzem-se com efeito, não na fase de obtenção de dados que apresenta muitas vezes um grau elevado de validade, mas logo que se trata de combinar vários deles, apreciar as suas influências recíprocas; isto é, aquando do tratamento das informações. Numerosas investigações levadas a cabo sobre este tema, sublinharam as «capacidades» muito fracas do «operador humano» neste tipo de tarefa, principalmente quando ele procede de forma puramente empírica e isto qualquer que seja o domínio onde esta actividade se exerça. Toda a ajuda sobre este ponto será portanto oportuna.

Se nos é permitido, ao terminar, exprimir algum desgosto, ele será o de constatar que abordagens que acabam de ser evocadas não figuram geralmente nos programas de formação dos psicólogos.

Tendo em conta as numerosas e fecundas investigações levadas a cabo por alguns dos seus colegas (psicólogos) no domínio dos julgamentos e da decisão, esta constatação assinala, no mínimo, um parâmetro a melhorar.

(CONTINUA NA PAG. 10)



FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONSULTADORIA EM ORGANIZAÇÃO
E GESTÃO DE EMPRESAS

RUA ALFREDO CUNHA, 265 - SALA Q

ARS - TELEF. 930010 4450 MATOSINHOS



Intervenção Psicológica na Educação

Com a presença de cerca de 400 participantes, entre os quais se contavam psicólogos, professores, assistentes sociais, educadoras, estudantes e outros técnicos e agentes educativos, provenientes de diferentes organismos e instituições oficiais e privadas, ligadas à educação e à formação profissional, decorreu no Porto, de 31 de Maio a 2 de Junho passado, o «1.º ENCONTRO NACIONAL DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NA EDUCAÇÃO», organizado pela Delegação Norte da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia.

Os participantes tiveram oportunidade de assistir a mais de 60 intervenções, distribuídas por sessões plenárias, painéis e comunicações livres, sobre os diferentes aspectos da intervenção psicológica na educação, que foram apresentadas durante os três dias do Encontro. No total, mais de 50 docentes, técnicos e investigadores, provenientes de 6 Universidades portuguesas, 5 Universidades estrangeiras e outras instituições públicas e privadas, apresentaram e divulgaram os progressos e desenvolvimentos mais recentes da investigação e intervenção psicológica efectuada, no nosso país e no estrangeiro, em contextos educativos.

Na sessão de abertura presidida pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República, em representação do Presidente da República e a que estiveram presentes, entre outras individualidades, o governador civil do Porto, um representante da Câmara Municipal do Porto e o reitor da Universidade do Porto, Oscar Gonçalves (Univ. Porto), que juntamente com Leandro Almeida (Univ. Porto) e José Fernando Cruz (Univ. Minho) integrava a Comissão Organizadora, salientaria a importância do contacto e permuta de experiências com colegas de várias universidades e diferentes formações num país onde, apesar do seu reduzido tamanho se assiste a um desconhecimento desolador sobre o que se faz a poucos quilómetros.

De facto, a importância e actualidade do tema, acentuada pela interpenetração cada vez mais acentuada entre a psicologia e a educação e pela ausência de serviços oficiais, situação quase que original em termos internacionais, seria amplamente correspondida não só pelo número de participantes mas também pelo número de comunicações apresentadas, situação que obrigaria à organização de sessões simultâneas e à sua distribuição pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e pela Faculdade de Ciências.

Nas Sessões Plenárias assistiu-se à intervenção de especialistas convidados, nacionais e estrangeiros, que apresentaram comunicações sobre temas de particular relevância respeitantes ao contributo do psicólogo em contextos educativos.

Assim, a Prof.ª Doutora Rita Mendes Leal (U.L.), abordou o tema «Intervenção Psicológica no Ensino Especial»; o Prof. Doutor Dick Dustin (EUA), apresentou os resultados de um estudo relativo às «Actividades dos psicólogos escolares nos Estados Unidos da América»; o Prof. Doutor Peter F. Merenda (EUA), apresentou duas comunicações subordinadas aos temas: «A utilização dos testes psicológicos em diferentes culturas» e «Avaliação e Intervenção Psicológica na Educação»; «Um papel para o psicólogo nas escolas primárias» foi o título da intervenção da Prof. Doutora Patricia Joyce Fontes, (Irlanda); o Prof. Doutor Joaquim Bairo Rulivo (U.P.), apresentou a sessão plenária intitulada «Introdução ao estudo de um modelo em Psicologia da Educação»; o Prof. Doutor Harlen Hansen (E.U.A.), analisou as «Causas psicológicas das desordens de comportamento nas crianças e o papel da escola»; finalmente o Prof. Doutor Gaston Mialaret (Franga), analisou o tema «Psicologia e Pedagogia».

Os Painéis, para além de abordarem uma grande variedade de temas actuais, analisaram dados das investigações mais recentes efectuadas no nosso país e no estrangeiro, e debateram ainda concepções teóricas e práticas da in-

tervenção psicológica em diferentes domínios.

No painel «Estratégias cognitivas em Psicologia Educacional» coordenado pelo Prof. Doutor Luis Joyce-Moniz (U.L.), foram discutidos temas como: a socialização da criança e o comportamento pró-social ou altruísta; o papel e a importância das estratégias cognitivas e atribucionais no processo de socialização; a relação entre ansiedade e rendimento nos testes e exames e o papel do diálogo interno dos estudantes; os comportamentos de assertividade e a resolução de conflitos interindividuais nos jovens; a generalização e transferência da aprendizagem; e a utilização de estratégias cognitivas pelas crianças na regulação do seu comportamento.

O painel «Formação Psicológica de Professores», proporcionou a discussão das características, estilo de ensino e empenhamento dos professores na escola; a formação dos professores em competências de relação interpessoal, antes e durante o serviço; dinâmica de grupos, auto-conhecimento e comunicação nos programas de formação de professores; e as formas mais apropriadas de encorajamento dado pelos professores. A coordenação deste painel esteve a cargo do Prof. Doutor Nicolau Vasconcelos Raposo (U.C.).

«Delinquência e Saúde Mental Juvenil», painel coordenado pelo Prof. Doutor Cândido da Agra (U.P.), abordou temas como: a personalidade e a ocupação dos tempos livres dos adolescentes; a relação entre o consumo de álcool e certas variáveis demográficas ou de «background»; intervenção e investigação em instituições de saúde mental; e a problemática das dependências.

O painel de «Orientação Vocacional», que foi coordenado pelo Prof. Doutor Ferreira Marques (U.L.), permitiu a exposição e debate de assuntos bem actuais como sejam o caso da intervenção dos psicólogos no ensino técnico-profissional; a utilização dos testes em orientação vocacional; os valores e interesses profissionais dos estudantes do ensino secundário; o desenvolvimento vocacional dos adolescentes; características, comportamentos e decisões vocacionais; e a avaliação e implementação de programas de orientação vocacional.

O painel «Aprendizagem e Desenvolvimento» coordenado pelo Prof. Doutor Viegas Abreu (U.C.), abordou outros dos seguintes aspectos: novos modelos de intervenção do psicólogo na escola e o desenvolvimento das relações interpessoais; implicações desenvolvimentais e educativas das investigações sobre o «desânimo aprendido»; efeitos de um programa para a aquisição de competências básicas de consulta psicológica, na promoção do julgamento moral, desenvolvimento conceptual, e relacionamento interpessoal dos participantes; os factores associados com o insucesso escolar e pistas para a intervenção com o objectivo de promover o sucesso escolar; estratégias de resolução de problemas lógico-matemáticos e a formação do conhecimento na criança; e aplicação, em Psicologia e em educação, de um modelo de computador para o processamento de textos.

No painel sobre «Intervenção psicológica no ensino especial», coordenado pela Prof.ª Doutora Rita Mendes Leal (U.L.), foram analisadas as seguintes temáticas: a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo de crianças «debeis» e «pseudo-debeis» e a influência do meio sócio-cultural desprivilegiado; estratégias de intervenção em crianças com desordens de auto-controle e com dificuldades de linguagem escrita e falada; problemas das equipas do ensino especial; modelos de avaliação e intervenção psicológica em instituições do ensino especial; planos de desenvolvimento individual na educação especial; e técnicas e princípios da pedagogia na educação de crianças e jovens deficientes mentais.

«Avaliação e Observação em Pedagogia» foi tema do painel, coordenado pelo Prof. Doutor Albano Estrela (U.L.), em que foram analisadas as perspectivas actuais da avaliação em pedagogia; propostas para a avaliação de um programa de formação de professores; a observação e interpretação em pedagogia; e intervenção para a promoção do desenvolvimento moral em crianças.

Finalmente, subordinado ao tema «Avaliação e Educação Infantil» decorreu um painel coordenado pela Prof.ª Doutora Isolina Pinto Borges (U.L.), em que foram analisados os modelos teóricos que fundamentam o desenvolvimento psicológico da criança e instrumentos de avaliação; a organização e dinamização de meios educativos para o desenvolvimento da criança em comunidades rurais; a influência do tempo de separação pós-parto nos aspectos quantitativos e qualitativos da interacção mãe-filho e estratégias de intervenção junto das mães; as competências do recém-nascido; análise de atitudes em educação pré-escolar; e apresentação e comparação de dados obtidos em Portugal, Irlanda e Estados Unidos, relativamente à relação entre a idade de entrada para a escola e a aprendizagem da leitura.

Durante o período destinado a comunicações livres foram ainda abordados diversos temas de particular interesse para a problemática central do Encontro:

Abordagem psicológica e métodos de ensino de competências para a promoção da aprendizagem da leitura e da escrita; a importância e frequência dos problemas

Ministro da Educação preconiza alargamento da intervenção dos Psicólogos na Sociedade

O ministro da Educação, que presidiu à Sessão de Encerramento do Encontro considerou que Encontros deste género «são investimentos úteis na política do nosso país».

Referindo-se à importância do Encontro, «de grande interesse nacional, quer para o ME, quer para o país», José Augusto Seabra assinalaria que, no âmbito de uma política de utilização de todos os recursos humanos, o seu Ministério encara o alargamento da intervenção psicológica a outros sectores do sistema educativo. Depois de salientar e valorizar a colaboração e o papel dos serviços de orientação vocacional das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação, no lançamento e implementação do ensino técnico-profissional, o ministro da Educação referiria a necessidade de ministérios como o do Trabalho, Segurança Social ou da Justiça receberem e integrarem nos seus serviços licenciados em Psicologia.

Tal como afirmaria Oscar Gonçalves, membro da Comissão Organizadora, «a larga participação verificada neste Encontro, que incluiu uma grande variedade de profissionais da área de Psicologia e da Educação, é sinal claro de que, mesmo que ainda restasse alguma dúvida, a Psicologia tem um contributo fundamental para a prática Educativa no nosso país». Lamentando a inexistência de uma resposta em termos oficiais para a intervenção psicológica no contexto educativo, o não aproveitamento do avaluado investimento financeiro feito pelo Estado na formação de psicólogos das três universidades e de uma escola superior particular, e a intervenção actual dos psicólogos na escola «quase num ambiente de semi-clandestinidade», aquele psicólogo assinalaria que «a ausência de soluções institucionais facilita sempre o caminho para a proliferação de oportunismos que, vestindo-se com as roupagens mais diversas, não fazem mais que denegrir a imagem dos psicólogos e comprometer ainda mais o trabalho dos professores». Depois de salientar o «papel de colaboração estreita do psicólogo com todos aqueles que directa ou indirectamente intervêm ao nível da Educação», Oscar Gonçalves aproveitaria a oportunidade para se dirigir aos responsáveis pela educação, referindo-se à leccionação da Psicologia no Ensino Complementar: «Têm vindo já os psicólogos a ser chamados para a leccionação de cursos no âmbito da psicologia nos mais diversos estabelecimentos de ensino médio e superior, realizando aí trabalho que, como tivemos oportunidade de ver nestes dias, se pode considerar de grande qualidade inovadora. E assim surpreendente que, nos vejamos já impedidos de leccionar a disciplina de Psicologia no ensino complementar. Facto tanto mais caricato quanto, em anos anteriores dispunhamos de habilitação suficiente. Quando estávamos à espera de que nos fosse concedida, de legítimo direito, a habilitação própria, o incrível aconteceu: retiraram-nos a habilitação suficiente, enviaram-nos para o exílio. E acrescentaria: apesar de todos estes obstáculos e mau grado as limitações colocadas à nossa prática, os psicólogos continuam a trabalhar e a investigar, só assim se explicando a quantidade e a qualidade do trabalho produzido entre nós e do qual este Encontro foi espelho».

ENTREVISTA COM...

BARBEL INHÉLDER

«Estou otimista quanto ao futuro da Psicologia, mas de facto, quanto mais avançamos mais nos damos conta de que é uma disciplina complexa. É preciso saber que estamos sempre em aproximação, sem nunca perder a coragem» — dizia-nos Barbel Inhelder no final de uma entrevista que concedeu ao «Jornal de Psicologia», aquando da sua estadia no Porto, em Março, para participar como membro do júri das provas de doutoramento de Maria Helena Marchand, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Barbel Inhelder iniciou os seus estudos de Psicologia em Génova tendo sido aluna de Edouard Claparède e de Jean Piaget. Desde o início do curso trabalhou com J. Piaget tendo em 1941 publicado o primeiro trabalho conjunto: «Le développement des quantités physiques chez l'enfant».

Posteriormente regressa à sua cidade natal (St. Gal, na Suíça Germânica), onde lhe foi proposto organizar um serviço de Psicologia Escolar voltado para o diagnóstico de crianças deficientes e que lhe possibilitou a recolha de material para a sua tese de doutoramento sobre o diagnóstico do raciocínio no débil mental.

Em 1943, já doutorada, regressa a Génova para trabalhar com André Rey, que acabava de criar um Serviço de Diagnóstico e Estudos Psicopatológicos, retomando também as investigações com Jean Piaget, de que resulta uma série de obras sobre a representação do espaço, a geometria espontânea, o acaso, a lógica da criança e do adolescente, etc..

Nos Estados Unidos em 61/62, desenvolve uma série de pesquisas sobre a aprendizagem como «Senior Research Fellow» da Universidade de Harvard. Em 1971, Inhelder ocupa o lugar de Jean Piaget, que entretanto se reformara na cadeira de Psicologia Experimental, onde permaneceu até fins 83, altura em que ela própria se reformou. Continua, no entanto, a chefiar os «Archives Jean Piaget», organizando cursos anuais para doutorandos e investigadores internacionais. As suas pesquisas, nos últimos anos, têm-se centrado na estratégia das descobertas nas crianças.

J. P. — Gostariamos de saber a sua opinião sobre as actuais investigações anglo-saxónicas e americanas que têm em vista a operacionalização de noções e conceitos Piagetianos. Referimo-nos, por exemplo, às pesquisas de Sarah Mogdíl, Siegel, Flavell...

B. I. — Há actualmente um grande movimento que, em grande parte, é um momento crítico às pesquisas que levaram a cabo no passado. Esses estudos críticos, que retomam as nossas pesquisas do passado, são basicamente de 2 tipos: alguns consideram que, em determinadas condições, os conceitos fundamentais têm origem mais cedo do que aquilo que nós descrevemos. Aqui temos contudo de ver com atenção quais são essas condições e se se trata realmente das mesmas concepções, conceitos por parte da criança, ou se se trata de respostas, que não são verdadeiramente conceitos. Há muitas coisas que nós inovamos e que não levamos até ao fim; está bem que se operacionalize, mas às vezes operacionalizar sem compreender a teoria subjacente, deforma-se também a experiência. Assim, seria agora necessário, embora não creia já ser eu a fazê-lo, responder a cada um desses estudos, para ver o que há de muito frutuoso nessas críticas e o que são mal entendidos. Isto é uma coisa muito importante.

Há também outras críticas que considero mais fundamentais e que são de ordem teórica. O ponto de vista que partilho com Jean Piaget é o ponto de vista construtivista. Creio que tudo o que tem sido feito no mundo demonstra que há cons-

truções contínuas e, em particular no bebé, há toda uma infinidade de coisas que se formam extremamente cedo, em determinadas condições. Este não é o domínio em que trabalho, mas segui de muito perto aquele que os meus colegas têm feito e considero que de facto é verdade, que existe muita coisa que o próprio Piaget ainda não conhecia; com o método de observação naturalista ele não pode pôr em evidência, mas quando tornou conhecimento disso, não foi para ele verdadeiramente uma surpresa. Tudo o que se faz durante os 1.^{os} meses de existência, e que não ignorávamos no passado, é de levar a sério, o que não significa, na minha opinião, que tudo seja criado; isso significa apenas que há construções muito precoces e que em seguida é necessário reconstruir em níveis mais complexos.

Queria também dizer-lhes que pessoalmente penso que há 2 tipos de piagetianos: há aqueles (e muitos são meus amigos muito próximos) que quando se critica aquilo que Piaget e seus colaboradores fizeram, se encolerizam. Não é o meu caso pois creio que a crítica é muito útil. Há crítica e crítica, algumas são simplesmente o resultado de uma total incompreensão, outras são muito construtivas e podem levar-nos muito mais longe.

J. P. — Qual é a sua opinião acerca da evolução da teoria Piagetiana em geral, resultante da continuação dos trabalhos de vários autores que não pertencem à escola de Geneve?

B. I. — Quando a crítica não é uma crítica de escola ou de

Por:

ISABEL MACEDO PINTO

e ISABEL SOARES

igreja, ela é frutuosa. Mas, neste momento, é tal como creio que acontece relativamente a qualquer grande homem após a sua morte, há um período de purgatório. Então, actualmente é preciso ser-se neo-piagetiano, pós-piagetiano, já não podemos apelar-nos de piagetianos. Um dos meus assistentes foi convidado para fazer uma série de conferências em Nova Iorque, que tiveram um óptimo acolhimento, e tivemos que publicá-las; no entanto, pediram-nos que lhes chamássemos neo-piagetianos e não piagetianos. Eis um exemplo típico do tipo de problemas a que me refiro.

J. P. — O que pensa da abordagem cognitivo — desenvolvimental da Escola Americana?

B. I. — Não acho que se possa falar de uma Escola Americana, mas de várias. Nos Estados Unidos há por um lado, o neo-behaviorismo — o behaviorismo na sua forma clássica morreu —, e há tudo o que provém dos estudos sobre a inteligência artificial, da simulação, da cibernetica. Desta última aprendemos muito; trabalhamos muito com Herbert Simon, que é um dos meus velhos amigos. Tenho aprendido muito e trabalhado com alguns dos seus pontos de vista, sem que, no entanto, façamos programação propriamente dita de todas as nossas experiências.

J. P. — Fala-se muitas vezes do «egocentrismo» de Geneve. No entanto falou da teoria de Piaget como um sistema aberto... Como encara essa contradição?

B. I. — Que entende por egocentrismo da Escola de Geneve?

O essencial para o psicólogo é tentar compreender a maneira como a criança interpreta a realidade e a maneira como ela interpreta as nossas intervenções. É isto que não se faz suficientemente na psicométrica e que falta em algumas investigações neo-behavioristas...

J. P. — Pensamos que com esse termo as pessoas se referem a qualquer coisa mais fechada do que aberta, mais voltado permanentemente para si próprio...

B. I. — Tenho realmente a impressão que é noutros locais que se é mais ortodoxo do que propriamente no local onde a teoria nasceu. Sempre me impressionou que mesmo o próprio Piaget era ainda capaz de se renovar; o que ele publicou de 1974 até à sua morte era ainda uma renovação.



Mas é verdade que, e isto é talvez um defeito de alguns de nós no ensino, em tempos nem sempre pusemos os nossos estudantes suficientemente ao corrente de todas as tendências, de forma a situarem umas relativamente às outras. Mas foi o caso do passado, pois, actualmente somos 11 ou 12 professores de Psicologia capazes de fornecer um leque mais amplo das diferentes tendências. Mas estou de acordo que existia na formação dos estudantes uma certa tendência para um sistema de pensamento não propriamente fechado, mas enfim uma orientação do pensamento de tal maneira forte e criadora, tendo na retaguarda um homem que era um génio, «overwhelming» como dizem os ingleses, que predominava na formação do pensamento. Houve, então, no seio dos meus colaboradores mais jovens, dos meus jovens colegas particularmente que deviam também fazer a sua própria carreira, pequenas revoluções internas, oposições, mas isso é natural!

Mas veja, por exemplo, o que me choca, nos EUA existe a Sociedade Piaget. Tem-se a impressão que as pessoas vêm com um cartãozinho de apresentação... Eu faço parte da Sociedade Piaget para promover o pensamento de Piaget no estrangeiro. Em Lisboa há também um Instituto Piaget. No Rio também há. Isso está certo, todos eles têm como objectivo difundir uma certa orientação de pensamento. Isso é útil, mas não gosto muito que lhe chamem Escolas.

Isso acontece também quando recebo cartas de Escolas primárias, e sobretudo secundárias, dizendo: «ensinamos segundo o programa

de Piaget». Não se pode fazer isso. Podemos inspirar-nos em algumas coisas, sou a primeira a achar que é uma inspiração muitíssimo fecunda, que nos permite avançar, mas não gosto muito que se façam dela receitas. Piaget nunca deu nenhuma receita nem mesmo fez nenhum programa.

J. P. — Gostariamos de lhe pôr algumas questões relativamente ao aspecto metodológico, por exemplo sobre os estudos que tentam transformar em testes as provas operatórias. Esta

«Quanto mais avançamos na Psicologia mais nos damos conta de que é uma disciplina complexa».

questão relaciona-se também com os problemas de abordagem psicométrica das provas. O que pensa de tudo isto, quais as vantagens e inconvenientes?

B. I. — Isso é uma questão importante. Começamos em 1953, com o meu colega Viug Bang, que ensina Metodologia e actualmente Psicopedagogia, e com Laman-deau, em Montreal, a tentar construir escalas ordinais para ver em que medida os raciocínios das crianças, os diferentes níveis de organização eram estatisticamente ordenáveis segundo a escala de Gutman ou outras escalas ordinais. Eles foram muito longe nesse sentido e Bang há 25 anos que nos promete um livro, mas cada vez está mais céptico, pois para fazê-lo é necessário em certa medida estandardizar e simplificar essas pesquisas, para as transformar em testes.

Eu também o fiz para formar os alunos e para fazer diagnóstico, mas desde que as estandardizámos também lhes tiramos uma certa subtilidade, já não conseguimos encontrar alguns dos argumentos das crianças, pois elas estão menos na pesquisa.

É, portanto, uma dificuldade; no entanto, recentemente, surgiram da parte de Madame Ribau e colaboradores, bons trabalhos de Psicologia Experimental dizendo respeito às «décalages» das respostas,

Piaget descobriu que existem sistemas e subsistemas subjacentes a esses diferentes comportamentos. Empregou a linguagem por analogia e utilizou instrumentos de estrutura. Mas como há um leque de coisas, as estruturas lógico-matemáticas têm analogias ou isomorfismos relativamente às estruturas subjacentes ao pensamento físico. As estruturas de interacção social têm também analogias com as estruturas de coordenação das acções no sujeito. É um leque não idêntico totalmente, mas há analogias...

J. P. — Por exemplo Selman fala de diferentes estruturas, sendo a estrutura cognitiva a menos ligada ao conjunto; as estruturas interpessoal e moral seriam mais dependentes dos conteúdos...

B. I. — É possível e estou de acordo quanto às estruturas lógico-matemáticas; elas são as menos abstracção-reflexiva, por exemplo). Mas se se trabalha num contexto físico ou num contexto interpessoal os conteúdos e os sistemas de valores jogam um papel muito importante. Mas eu não faria tão cabalmente a dicotomia: cognitivo / não cognitivo. É claro que, desde que intervêm os valores, não somente os valores de verdade mas os valores da acção dos indivíduos

suas; o estágio pode também indicar um nível máximo, de por outras palavras, coisas que ainda não são possíveis; e há ainda as transições de um nível de organização para o seguinte em todos os conflitos entre os subsistemas — porque não se trata de um sistema e de um outro sistema em segunda, já vimos que, há inúmeros subsistemas e que, o desenvolvimento não se processa à mesma velocidade nos diferentes subsistemas.

O que é importante no diagnóstico é apenas a dinâmica do sujeito em situações conflituosas. Portanto, conjunto de possíveis, nível máximo (eventualmente, aquilo que ainda não é possível) e a dinâmica destas relações entre os diferentes subsistemas que nos fornecem o que há de mais importante para um prognóstico.

J. P. — A intervenção psicológica no sentido de promoção do desenvolvimento por um problema de horizontalidade, sendo o objectivo o enriquecimento e aprofundamento dos esquemas existentes, ou antes um problema de verticalidade, tendo então, como objectivo a mudança de estágio? Ou serão os dois aspectos?

B. I. — Creio que o mais importante é por um lado dar à criança a possibilidade de expansão, de transferir para outros domínios aquilo que ela consegue fazer num domínio e também criar conflitos cognitivos. Não propriamente afogá-la nos conflitos, o que poderia originar regressões massivas. É preciso fazê-lo quando a criança está pronta para assimilar e a formar pequenos subsistemas e de os aproximar; assim a criança poderá dar-se conta de que está em contradição. Mas se se põe a criança a um nível em que ela não está capaz de fazer determinadas relações, isso poderá ser desastroso.

É verdade que existe muita coisa que o próprio Piaget ainda não conhecia... Com o método de observação naturalista ele não pode pôr em evidência, mas quando tomou conhecimento disso, não foi para ele verdadeiramente uma surpresa.

num grande leque de experiências feitas com as mesmas crianças.

Em certa medida nós temos que ter normas para a prática diagnóstica ou para teses educacionais para podermos situar as crianças, o mesmo acontecendo para as pesquisas comparativas. Mas se se fazem escalas muito rígidas, perde-se um pouco o domínio do sujeito que no meu entender é também igualmente importante. Tudo o que foi feito por Piaget e pela sua equipa de colaboradores forneceu muitos insights, novas formas de compreender, e pôs em evidência muita coisa que de outra forma não poderia ser vista, por exemplo, a investigação sobre a memória, a imagem mental.

Mas é difícil responder. Ambos os aspectos coexistem.

J. P. — Como encara as relações entre os diferentes domínios de raciocínio — interpessoal, moral, cognitivo? Haverá uma só estrutura subjacente ou diferentes conteúdos, ou poderemos falar de estruturas diferentes para cada um desses domínios?

B. I. — Eis uma outra questão a que também não é fácil responder.

uns sobre os outros, os contextos e as ideologias desempenham um papel muito maior. Em ciência pura podemos mais facilmente, embora não completamente, destacar-nos dos conteúdos do que na vida social. Mas penso que há uma relação de continuidade entre estrutura e conteúdo nas diferentes áreas e não uma dicotomia.

J. P. — Gostaríamos agora que nos desse a sua opinião sobre alguns temas relacionados com a intervenção psicológica. Como é que enquadra a noção de estágio na intervenção psicológica? Como é que poderemos operacionalizar essa noção se estamos interessados na promoção do desenvolvimento psicológico? Pensa que um dos objectivos de intervenção psicológica deve ser a mudança de estágio? E qual será neste processo a importância do chamado conflito cognitivo?

B. I. — Creio que há aqui três coisas em que temos que pensar: a noção de estágio (que já empregamos bastante menos do que no passado) dá um conjunto de possíveis, um certo nível de organização, uma abertura nova que a mudança anteriormente não pos-

O essencial para o psicólogo é tentar compreender a maneira como a criança interpreta a realidade e a maneira como ela interpreta as nossas intervenções. É isto que não se fez suficientemente na Psicométrica, o que falta em algumas investigações neo-behavioristas, na minha opinião. Não se tem suficientemente em conta o conjunto de possibilidades da criança e o como ela interpreta as instruções, os problemas. Este é um problema delicado para o qual é difícil estabelecer programas ou receitas e é isso que faz com que a Psicologia Genética piagetiana seja dificilmente transformável num sistema operacionalizado, completo segundo as regras da Psicologia Experimental. Há pressupostos diferentes... podemos-os aproximar, mas transformar um no outro seria perder muito.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

REVISTAS

American Psychologist, 1984, vol. 39, n.º 5 (Maio).

APA Monitor, 1984, vol. 15, n.º 5 (Maio e 6. Junho).

Futebol em Revista, 1984, vol. 4, n.º 6 (Março/Abril).

Hospitalidade, 1984, vol. 48, n.º 187 (Abril/Junho).

International Psychologist, 1984, vol. 25, n.º 2 (Maio).

Lecturas sobre Psicología de la Motivación, 1984, n.º 5 (Maio).

O Médico, 1984, vol. 110, n.º 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696 e 1697.

Psychology: News & In Mind, 1984, n.º 37.

Guia de Cursos e Profissões

Por José M. Castro, Maria do Céu Taveira e Pedro Pinho

ENSINO SECUNDÁRIO

COMPLEMENTAR,

ENSINO MÉDIO

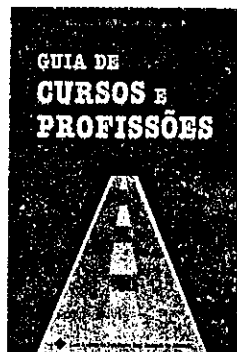
E ENSINO SUPERIOR

EDIÇÕES PSICOLOGIA

Com o apoio da
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA

A venda nas livrarias

Desconto para assinantes do J. P.: 240\$00
(porte de correio incluído)



Perspectiva psicológica para o Alcoolismo

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 2)

lógicos. Como afirmam Nathan e Lansky (1978), sustentar a convicção de que o alcoolismo é uma perturbação «médica», representa, indiscutivelmente, uma falta de objectividade, pois ignora-se o efeito que os mecanismos de aprendizagem social, as influências sócio-culturais e os fenómenos psicológicos desempenham na etiologia desta perturbação. As divergências entre esta concepção psicológica e as teorias unitárias sobre o alcoolismo, estendem-se ainda aos factores responsáveis pela manutenção de um consumo de álcool. Enquanto que a perspectiva psicológica salienta a importância dos factores cognitivos (Berg et al., 1981), o modelo unitário enfatiza como vitais os processos fisiológicos e bioquímicos. Parece evidente, no entanto, que muitos efeitos do álcool estão dependentes de expectativas acerca do efeito desta substância e não, exclusivamente, das suas propriedades farmacológicas (Brown et al., 1980). Estas expectativas em relação ao álcool teriam o mesmo valor predictivo que certas variáveis demográficas, como ficou demonstrado num estudo realizado com adolescentes por Christiansen e Goldman (1983).

b) Métodos de avaliação

Até ao momento, nenhum método se revelou completamente satisfatório para diagnosticar o alcoolismo. De qualquer forma, os métodos até agora empregues, e que esquematicamente descrevemos a propósito do modelo unitário, assumem implicitamente a validade do constructo alcoolismo. Segundo Miller (1976), muita informação é desperdiçada quando os dados relacionados com vários aspectos do problema são reduzidos a uma nomenclatura binária (alcoólico versus não alcoólico). Uma avaliação diferencial poderia constituir, na opinião deste autor, uma alternativa útil às medidas de diagnóstico destinadas a identificar alcoólicos. Já não se trataria assim, de determinar que pessoas têm

alcoolismo, através da exploração de uma lista de sintomas considerados «clássicos e obrigatórios». A abordagem diferencial dos problemas de bebida, centrar-se-ia, segundo Miller (1976) em três áreas fundamentais: (1) A avaliação deveria focalizar-se na extensão e padrões do uso de álcool; (2) A avaliação deveria deter-se na extensão dos problemas relacionados com o consumo de álcool; (3) A avaliação deveria, finalmente, focalizar-se na possibilidade de escolher várias abordagens de tratamento. Este ponto não é independente dos dois anteriores já que a «informação» sobre o comportamento de bebida e os problemas relacionados com o consumo de álcool deveriam condicionar, decisivamente, a escolha da modalidade de tratamento.

Numerosas investigações sugerem que, para indivíduos que têm problemas com o álcool, a «bebida controlada» pode constituir um objectivo mais apropriado que o não-consumo.

de tratamento. Esta abordagem preconiza, ainda, a utilização de uma multiplicidade de medidas. Assim, por exemplo, os objectivos mencionados no ponto 1) poderiam ser alcançados recorrendo a uma diversidade de medidas comportamentais e de auto-relato; enquanto que a avaliação dos problemas mencionados na alínea 2) exigiria a utilização de vários instrumentos que investigariam aspectos financeiros, sociais, legais e familiares na sua relação com o uso de álcool.

c) Tratamento. Numerosas investigações sugerem que, para indivíduos que têm problemas com o álcool, a «bebida controlada» pode constituir um objectivo mais apropriado que o não-consumo.

A noção de «bebida controlada» tem sido utilizada na literatura

com dois significados diferentes (Marlatt, 1978). Refere-se por um lado, à utilização de competências e técnicas específicas destinadas a ensinar o indivíduo a exercer um controlo sobre a bebida e, por outro lado, a consumir álcool, até um nível considerado não problemático (i.e. que não resulte em intoxicação ou qualquer outro problema relacionado com a bebida).

A perspectiva psicológica sustenta que este objectivo de tratamento pode ser especialmente indicado para indivíduos que podem ser definidos como «bebedores-problema», isto é todos aqueles que apresentam problemas relacionados com o consumo de álcool mas que não evidenciam sinais de dependência psicológica (e.g. perturbações orgânicas relacionadas com o consumo excessivo). Para os que advogam um conceito de alcoolismo como doença, não faz qualquer sentido falar em «bebedor-problema». De facto, sendo o alcoolismo considerado uma doença progressiva, os «bebedores-problema» são aqueles que se situam nas fases iniciais da doença. Tratando-se de uma perturbação que evolui no sentido de uma deterioração progressiva, qualquer programa baseado na moderação, revelar-se-ia, deste modo, completamente ineficaz.

3 - CONCLUSÃO

Uma reavaliação da nosologia tradicional tem-se vindo a operar na área do alcoolismo. Para tal fenómeno tem contribuído numerosos estudos cujas conclusões se têm mostrado inconsistentes com alguns dos pressupostos em que se baseia o modelo unitário sobre o alcoolismo (e.g. existência de uma progressão consistente nos sintomas; impossibilidade de deixar de beber em indivíduos alcoólicos; definidos pelos critérios de diagnóstico tradicionais). Paralelamente, as definições sobre o alcoolismo apresentam-se cada vez mais diver-

gentes. É necessário, no entanto, reconhecer que a emergência de novos conceitos e estratégias de tratamento relacionadas com o abuso do álcool, está longe de ser satisfatória. Impõe-se, assim, realizar investigações futuras nesta área, as quais devem conduzir a uma clarificação de questões importantes que são ainda, neste momento, motivo de controvérsias e de disputas entre modelos teóricos. As dimensões que este problema assume no nosso país, justifica, largamente, que os psicólogos portugueses lhe dediquem uma atenção especial.

BIBLIOGRAFIA

- BERG, A. A. Instruction versus pharmacological effects of alcohol in alcoholics and social drinkers. *Behavior Research and Therapy*, 1980, 18, 55-66.
- BROWN, S. A., GOLDMAN, M. S., INN, A. e ANDERSON, L. R. Expectations of reinforcement from alcohol: Their domain and relation to drinking patterns. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 1980, 48, 419-428.
- CHRISTIANSEN, B. A., GOLDMAN, M. S. e INN, A. Development of alcohol related expectancies in adolescents: Separating pharmacological from social learning influences. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 1982, 50, 336-344.
- GOODWIN, D. C. Alcoholism and heredity: A review and hypothesis. *Arch. Gen. Psychiatry*, 1979, 36, 57-61.
- MARLATT, A. G. The controlled-drinking controversy. *American Psychologist*, 1983, 38, 1087-1110.
- MAYER, W. Alcohol abuse and alcoholism: The psychologist's role in prevention, research and treatment. *American Psychologist*, 1983, 38, 1116-1122.
- MILLER, W. R. Alcoholism scales and objective assessment methods: A review. *Psychological Bulletin*, 1976, 83, 649-674.
- WANBERG, K. W. e HORN, J. L. Assessment of alcohol use with multidimensional concepts and measures. *American Psychologist*, 1983, 38, 1055-1070.

ABSTRACT

A recent body of literature illustrates psychologists' efforts to develop a new perspective related to alcoholism and alcohol abuse. In this article the author reviews some of the more important contributions to this emerging psychological view in areas having to do with etiology of alcohol dependence, assessment of drinking problems and treatment. The article includes a brief description of the disease conception of alcoholism which in many respects is inconsistent with this emerging view.

Indicações aos autores

- O JORNAL DE PSICOLOGIA publicará artigos sobre temas das diversas áreas da Psicologia e das Ciências da Educação, incluindo igualmente artigos de opinião ou de interesse informativo geral.
- Os originais devem ser enviados, em duplicado, para: JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto, dirigidos ao Chefe de Redacção.
- Os originais, que não devem ultrapassar as 6-7 páginas, devem ser dactilografados em dois espaços, em folhas brancas de tipo A/4. Na primeira página deverão figurar o título, nome do autor, instituição e/ou categoria profissional e respectivos endereços.
- Os desenhos (gráficos e esquemas) deverão ser efectuados em papel vegetal, com tinta da china e as fotografias devem ser aceitáveis para a

- tipografia. Títulos, desenhos, como as fotografias, deverão ser numerados, sendo enviado a parte do texto dactilografado das legendas.
- A bibliografia ou referências a autores e obras devem obedecer às normas internacionais.
- Os artigos devem ser acompanhados de um pequeno resumo, em inglês, não excedendo as cem palavras.
- Os vocabúlos estrangeiros devem, nos originais, ser representados em sublinhado (indicação de itálico) e não entre aspas, salvo quando se tratar de citações de textos.
- Os artigos publicados são da responsabilidade dos seus autores.
- O JORNAL DE PSICOLOGIA, está aberto à colaboração, não se responsabilizando, contudo, pela publicação de originais não solicitados.

Jornal de PSICOLOGIA

Actualização e divulgação em Psicologia

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

(Excepto nos meses de Julho/Agosto)

ASSINATURA ANUAL (5 números):

Pessoal, 150\$000; Instituições, 250\$000

Preço avulso, 40\$000

Números atrasados, 50\$000

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE:

JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto

LEIA • ASSINE • DIVULGUE

A problemática da adolescência no «Frei Luís de Sousa»

Mil corações, mil leituras, é o texto que perdura quando tem algo de nós mesmos. O texto que cria o espaço de cada um, sem no entanto se reduzir a nenhuma verdade subitamente descoberta, que ultrapassa a intenção consciente do próprio autor, que permanece incorrupto a musas do tempo e da mudança.

É isso que imortaliza uma obra, amada sempre, ainda que ao sabor da moda que dita o vector das leituras possíveis.

«Frei Luís de Sousa» será a obra-prima do teatro português, uma obra histórica ou autobiográfica, da vida vivida ou da vida sentida no mais profundo do ser. Para nós, o gozo de escrever sobre a escrita, revivê-la, numa das formas possíveis de amar.

Que importa que Maria tenha sido construída à imagem de Maria Adelaide, filha do segundo casamento de Garrett com Adelaide Devilla. Que Garrett seja Telmo, dividido entre o amor do passado e do presente, e também D. Madalena, apaixonada e culposa perante os outros, o seu Deus, e ela própria, ou Manuel de Sousa Coutinho, valente patriota, rebelde, que não capitula na ficção do teatro, ou D. João de Portugal, auto-punição severa de quem ousa amar, ou ainda D. Sebastião, o desejo e o ser desejado, ascético para além do sexo, ou eles todos e o destino que se faz e que nos faz, inevitavelmente, múltiplos e unos no espaço do ser?

Saber. «Quem sou eu?» é uma tarefa essencial do processo de individualização que o adolescente tem que levar a cabo.

D. Madalena, dominada pelo terror e a culpa, crê que perdeu o marido, D. João de Portugal, na Batalha de Alcácer-Quibir e depois de sete anos de espera e procura, casa com Manuel de Sousa Coutinho que já amava em vida de D. João.

Deste seu segundo casamento nasce uma filha, D. Maria de Noronha que com os seus treze anos possuía uma fina sensibilidade, num corpo franzino consumido pela tuberculose.

Num ambiente fatídico de agouros sebastianistas, exacerbados na crença de Telmo, velho criado, repartido entre o amor ao antigo amo e à Maria, como que sua filha, o destino vai lançando a teia do desfecho trágico que o regresso de D. João, na figura do Romeiro, precipita.

D. Manuel e D. Madalena, paixão tornada impossível, decidem

entrar para o convento. Ao receberem os escapulários dominicanos surge Maria que morre, ali, de vergonha.

No fim da epopeia o rei da quimera esvai-se em nevoeiro. É o luto difícil do idealizado perdido, como o movimento na adolescência de cada um. Ao dissipar da névoa, o real, a identidade ou a instalação regressiva do Eu.

Maria, menina-mulher que tinha medo de sonhar, construiu arduamente a sua identidade, entre o desejo parental e o ser. Saber «Quem sou eu?» é uma tarefa essencial deste segundo processo de individualização que o adolescente tem que levar a cabo.

«O que eu sou, só eu sei, minha mãe... E não sei, não sei nada, senão que o devia ser não sou... Oh! porque não havia de eu ter um irmão que fosse um galhardo e valente mancebo capaz de comandar os terços de meu pai, de pegar uma lança daquelas com que os nossos avós corriam a Índia, levando adiante de si turcos e gentios! Um belo moço que fosse o retrato daquele gentil cavaleiro de Malta que ali está! (apontando o retrato). Como ele era bonito meu pai!»

A dificuldade que Maria sentia em assumir a sua identidade, no seu corpo em mudança, confrontava-a com a sua razão de existir: «para que deixou ele o hábito minha mãe...»

Freud, referiu-se à puberdade na rapariga como um período de repressão da sexualidade masculina, componente essencial de épocas passadas. Esta repressão da pregenitalidade é uma condição necessária para o estabelecimento da feminilidade que Maria não podia assumir, contra as esperanças parentais de que ela fosse um rapaz e o seu próprio desejo de poder realizá-las.

As flores de Maria morreram ingloriamente de calma, nela sede de fogo e batalhas, a necessidade de estar activa em intensos estados afectivos. É o esforço adolescente para manter contacto com a realidade quando há perda de objectos internos e consequente enfraquecimento egoico.

Particularmente no caso da menina pré-adolescente, o grande perigo é o retorno à mãe pré-ediapiana, a luta com o medo/desejo de castração, daí o ela tentar assumir a qualidade fálica que lhe confere momentaneamente equilíbrio.

A grande tarefa da adolescência é esse desligar-se dos objectos primários, fazer o luto dos ímagos parentais, como refere Dias Cordeiro (1979), é abandonar os estados egoicos infantis, vivendo um período de regressão necessário ao desenvolvimento, numa tensão permanente entre a primitivização e a diferenciação.

Maria era uma menina super-protegida pela culpabilidade e terror parentais, contra as suas pró-

prias fantasias «que se tornavam presságios de um mau futuro».

O Outro, real ou imaginário, esteve sempre presente na vida de Maria, transportado por Telmo ou pela sua mãe no segredo da família. Assim, ele vai aparecer na puberdade reinterpretado por Maria à luz da dúvida da paternidade, na interrogação persistente que a atormentava: «pater semper incertus est».

Esta questão que Freud descreve como o «romance familiar» é comum a todos os indivíduos em determinadas alturas do desenvolvimento, resultante quer do diálogo gratificação/frustração, quando esta última componente se predomina, quer das fantasias sobre relações amorosas ocultas de sua mãe, quando a criança toma conhecimento dos processos sexuais.

Ao longo da obra apercebemo-nos das dificuldades de Maria relativamente à sexualidade e identidade. Com os seus treze anos vivia a problemática adolescente que foi incapaz de resolver.

Maria ao substituir o pai por uma figura mais valorosa que seja o Outro, D. João de Portugal ou D. Sebastião, agride sua mãe e expressa saudade pelo tempo em que sobrevalorizava seu pai na idealização parental pós-ediapiana. Esta nostalgia, a que Freud se refere, comporta um movimento tendente ao luto dos ímagos parentais e corresponde, por outro lado, a dificuldade em realizar esse luto.

O herói, que na adolescência pode desempenhar um importante papel de reforço egoico, é no entanto aqui um anti-herói. D. Sebastião, que ousou mas não venceu, só permanece herói na fantasia de cada um e daí o seu poder messiânico e mortífero. O luto torna-se ainda mais difícil.

O rei moço poderia manter acesso ao fogo, não o que lhe consumia o corpo, mas o que lhe sustentava o coração na miragem, se a sua existência de herói não fosse a negação da própria existência de Maria. Ela acreditava em D. Sebastião poder vencer a morte que pressentia mas o Outro, finalmente chegado das trevas, se não do nevoeiro uniu-os nesse destino comum: da morte.

Entre o desejo e o ser, Maria ficou sem a identidade (identifica-

ção) dos seus pais sem ter ainda construído a sua.

«Que Deus é esse que está a matar a mãe que quer roubar. Páia à luz da dúvida da paternidade, a Mãe da sua filha?»

E Maria morre, morre de vergonha. Ela era ainda incapaz de assumir a sexualidade dos seus pais, o que no plano do real lhe creve como o «romance familiar» e de um homem que se amaram. De resto, isto é uma das últimas aquisições do processo da adolescência. E quando os seus próprios pais se demitem de o ser, do seu anular de facto a existência de Maria.

Ao longo da obra apercebemo-nos então das dificuldades de Ma-

ria relativamente à sexualidade e identidade. Com os seus treze anos vivia a problemática adolescente que foi incapaz de resolver. O seu herói, imbuído de um mágico fenomenismo regressivo, foi incapaz porque sucumbiu precocemente à prova da realidade. Ou a morte em Alcácer-Quibir ali, na Igreja de S. Domingos, Maria estava sem alternativa face à separação inevitável. A grande tarefa do adolescente para se desligar dos seus pais e individualizar-se tinha falhado.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida Garrett — Frei Luís de Sousa, Porto: Porto Editora.
Blos, Peter — The Adolescent Passage Developmental Issues, New York: International Universities Press, Inc., 1979.
Standard Edition of Complete Psychological Works of Sigmund Freud, London: Hogarth Press, 1964, 1961, 1963, 1964, vol. 9: 210, vol. 21: 228, 1974.

ABSTRACT

Based on a best-seller of Portuguese theatre («Frei Luís de Sousa») the author discusses the problematic of adolescence, from a psychoanalytic point of view, analysing the sexual problematic and the identification process of an adolescent personage.

EDIÇÕES **PSICOLOGIA**

COM O APOIO DA FUNDAÇÃO ENG. ANTONIO DE ALMEIDA

A VENDA!

TEORIAS DA INTELIGÊNCIA

por LEANDRO S. ALMEIDA

Desconto de 25 % para assinantes do J. P. ...

Por correio (porte incluído) 250\$00

(*) Assistente do Instituto de Ciências Biomédicas «Abel Salazar» — Universidade do Porto.

Clínica da estatística e estatística da clínica

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 4)

dox. Talvez os mais pessimistas (ou mais lúcidos?) de entre nós vejam aí uma «resistência à mudança» senão mesmo uma negação, mecanismo eminentemente defensivo mas como se sabe muito perigoso para quem deseja comerciar com a realidade (seja ela psíquica).

CONCLUSÃO

Se algumas destas observações se inscrevem na contra-corrente das clivagens inspiradas por pertenças sub-disciplinares, elas não têm no entanto por objecto prin-

cipal uma defesa incondicional do conceito de unidade da Psicologia.

Nada é mais esterilizante a nosso ver para a evolução ulterior desta ciência que uma unidade de fachada inspirada somente por um factor de acordo comum muito pequeno entre componentes diversas.

Trata-se de apreender, para melhor conhecer, as múltiplas facetas de uma realidade concreta e toda a referência exclusiva a um método, senão mesmo a uma técnica, afirma-se como fundamentalmente redutora.

O conceito de «unidade» de um campo científico não deve ser confundido com as escolhas metodológicas que o seu conhecimento implica. Que se pensaria de um médico, que ao definir-se como clínico, visse aí um motivo para recusar todas as medidas objectivas de laboratório ou o recurso a instrumentações susceptíveis de aumentar o conhecimento sobre os seus pacientes?

Em Psicologia, o projecto que desejamos ilustrar poderá parecer delicado para ser posto em prática. Implica, à semelhança da dúvida cartesiana, o repór em causa de hábitos metodológicos nos quais cada um se julga destinado a permanecer tendo em vista a sua formação e a sua prática.

No entanto a evolução da psicologia, as suas aplicações a domínios diversos necessita de redefinições metodológicas. Neste aspecto, as abordagens clínicas e estatísticas, tradicionalmente opostas, pareceram-nos poderem ser passíveis de reaproximação, no interesse dos clientes, mas também dos psicólogos.

BIBLIOGRAFIA

ARKES, H. R. — Impediments to accurate clinical judgment and possible ways to minimize their impact. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 1981, 49, 323-330.

CAETANO, R. — Causas de baja confiabilidad del diagnóstico en psiquiatria: una revisión crítica. *Acta Psiquiátrica Psicológica America Latina*, 1978, 24, 115-131.

FOUCAULT, M. — *Naissance de la Clinique*, Paris P.U.F. 1963. (3e éd. 1975).

HOGARTH, R. H. — *Judgment and Choice*, New York Wiley, 1980.

LACACHE, D. — *L'Unité de la Psychologie*, Paris, P.U.F., 1949.

MEEHL, P. E. — *Clinical versus Statistical Prediction*. Minneapolis, University of Minnesota Press: 1954.

MEEHL, P. E. — The cognitive activity of the clinician. *American Psychologist*, 1960, 15, 19-27.

QUILLE, D. — Deux approches et deux langages en Psychologie. *Psychologie Française*, 1982, 27, 256-263.

REUCHLIN, M. — Psychologie ou Psychologies? *Bulletin de Psychologie*, 1973-1974, 27, 6-14.

SYDIAHA, D. — On the equivalence of clinical and statistical methods. *Journal of Applied Psychology*, 1959, 43, 6, 395-401.

ABSTRACT

The author analyses the relationships between statistical and clinical approaches, traditionally opposed in psychology. Arguing that they are supported by similar epistemological projects and share some common goals, the author defends a great use of both approaches, in the interest of clients as well as psychologists.

Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica em Psicologia

Nos passados dias 25 e 26 de Janeiro, realizaram-se na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, as provas de aptidão pedagógica e capacidade científica do Licenciado António Castro Fonseca que apresentou um relatório intitulado «Um estudo dos temas dominantes ou banais do C.A.T. numa população portuguesa de 6 anos», e um trabalho de síntese subordinado ao tema «A percepção e a avaliação dos comportamentos agressivos da criança». No final o júri, constituído pelos Professores Doutores José Pires Ferreira da Silva, Aura Montenegro Ferrão e António Simões, atribuiu ao candidato a classificação de Bom.

Na mesma Faculdade, durante os dias 30 e 31 de Janeiro, decorreram também as provas requeridas pela Licenciada Ana Paula Pais R. Fonseca Relvas, sendo o júri constituído pelos Professores Doutores José Pires Ferreira da Silva, Adriano S. Vaz Serra e Carlos Amaral Dias. Após a apresentação e discussão do relatório elaborado, para uma aula teórico-prática da disciplina de Psicopatologia Infantil, subordinado ao tema «A terapia familiar centrada nas tarefas», e do trabalho de síntese, intitulado «Uma contribuição psicossocial para o estudo do objecto transaccional», o júri atribuiu à candidata a classificação de Muito Bom.

Também na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto decorreram nos passados dias 22 e 23 de Março as provas requeridas pelo Licenciado Jorge Nuno Negreiros de Carvalho que apresentou um relatório intitulado «O exame semiológico junto do meio familiar da criança enurética» e um trabalho de síntese denominado «O consumo de álcool e outras drogas na adolescência: revisão da literatura e estudo exploratório». O júri, presidido pelo Prof. Doutor João Machado Cruz e incluindo também a Prof. Doutora Isolina Pinto Borges e o Prof. Doutor Cândido Martins da Agra, atribuiu ao candidato a classificação de Muito Bom.

Em 11 e 12 de Junho, na mesma Faculdade, tiveram também lugar as provas requeridas pelo Licenciado Oscar Filipe C. Neves Gonçalves, sendo o júri constituído pela Prof. Doutora Isolina Pinto Borges (Presidente), Prof. Doutor Bartolo Paiva Campos e Prof. Doutora Brigitte Detry Cardoso e Cunha. O candidato apresentou um relatório elaborado para uma aula prática de Consulta Psicológica intitulado «As competências de atendimento não-verbal na Consulta Psicológica» e um trabalho de síntese subordinado ao tema «O processo e ensino da Consulta Psicológica: Influência no desenvolvimento pessoal e interpessoal dos psicólogos». No final, o júri atribuiu ao candidato a classificação de Muito Bom.

Doutoramento em Psicologia

Decorreram nos dias 9 e 10 de Fevereiro passado, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (UP), as provas de Doutoramento em Psicologia (especialidade de Psicologia do Desenvolvimento) da Licenciada Helena Maria D'Orey Marchand. O júri, presidido pelo Vice-Reitor da Univ. do Porto, Prof. Doutor Rui Morgado, e que integrava também as Prof.^{as} Dotoras Barbel Inhelder, Magali Bovet (Univ. de Genève), Maria Isolina Borges, Brigitte Marcelle Detry Cardoso e Cunha (Univ. do Porto) e os Profs. Doutores Bartolo Paiva Campos (Univ. do Porto) e José Ferreira da Silva (Univ. de Coimbra), aprovou, no final, o candidato, por maioria com distinção e louvor.

A dissertação versou a «Aprendizagem Operatória num meio sócio-cultural desprivilegiado», sendo argente o Prof. Doutor José Ferreira da Silva. A prova complementar teve como tema «O Desenvolvimento psicológico da criança africana dos 0 aos 2 anos» e foi arguida pela Doutora Isolina Borges.

Acrescente-se ainda que, aproveitando a estadia em Portugal das duas ilustres psicólogas da Escola de Psicologia de Genève, a Faculdade organizou um seminário sobre «As investigações piagetianas transculturais e a aprendizagem operatória», orientado pela Prof. Doutora Magali Bovet e uma conferência ilustrativa do estado actual dos conhecimentos, ligados à teoria da inteligência iniciada com Piaget. Esta conferência, que teve lugar na Fundação Engenheiro António Almeida, foi proferida pela Prof. Doutora Barbel Inhelder, que concedeu também ao Jornal de Psicologia a entrevista que reproduzimos neste número.

L. S. A.

Intervenção psicológica na educação

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 5)

de comportamento em crianças e os limites das definições e classificações; interpretação psicológica de resultados obtidos em testes de raciocínio diferencial, através de métodos de análise computadorial; resultados práticos da aplicação dos princípios e técnicas de modificação do comportamento em educação especial; necessidades e prioridades face ao contributo do psicólogo para a educação; as práticas actuais e envolvimento futuros dos psicólogos na educação; e a capacidade de resolução de problemas lógico-matemáticos nas crianças.

O Programa Científico foi ainda acompanhado de um vasto Programa Social que integrou um Porto de Honra oferecido pelo *Jornal de Psicologia* para apresentação da nova publicação «*Guia de Cursos e Profissões*», escrito por três psicólogos especializados em orientação vocacional, José Manuel Castro, Maria do Céu Taveira e Pedro Braga Pinho, e que teve o

apoio da Fundação Eng.^o António de Almeida.

O *Jornal de Psicologia* felicita a Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia e todos aqueles que desde o primeiro ao último momento acreditaram e apoiaram incondicionalmente este Encontro, pelos excelentes momentos que por certo proporcionaram a todos os participantes.

Tal como assinalava Oscar Gonçalves no seu discurso de abertura, a propósito da «existência de muitas crenças irracionais e distorções cognitivas acerca da contribuição do psicólogo na educação», certamente que este encontro constituiu uma oportunidade para a reestruturação cognitiva que se espera e se deseja junto das autoridades, do público em geral e até, evidentemente dos próprios psicólogos. Todos eles merecem o II Encontro...

JORNADAS DE CONSULTA PSICOLÓGICA

O psicólogo na orientação escolar e profissional

Porto - 19, 20 e 21 de Julho

Organizado pelo Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, realizam-se nos próximos dias 19, 20 e 21 de Julho, as PRIMEIRAS JORNADAS DE CONSULTA PSICOLÓGICA, subordinadas ao tema «O Psicólogo na Orientação Escolar e Profissional».

De entre os objectivos gerais das Jornadas destacam-se os seguintes:

Proporcionar aos profissionais da consulta psicológica:

- uma oportunidade de actualização no quadro da sua formação contínua;
- uma ocasião de intercâmbio de experiências.

Proporcionar ao Serviço organizador e à Faculdade em que se insere:

- a análise de necessidades de formação inicial e contínua dos profissionais da consulta psicológica bem como das prioridades de investigação neste domínio;
- a difusão de estudos e experiências em curso no seu seio.

Por outro lado, a realização dos objectivos gerais relativamente à Consulta Psicológica Vocacional, constitui o *objectivo específico* das Primeiras Jornadas.

De acordo com a Comissão Organizadora, as seguintes circunstâncias:

- participação de psicólogos, sob a responsabilidade do Serviço organizador, em actividades de orientação nas escolas da Região Norte onde foi lançado o ensino técnico-profissional;
- elaboração de um relatório sobre a orientação escolar e profissional no âmbito do Ministério da Educação que tanto interesse tem despertado;
- existência de um número de psicólogos a trabalhar no cada vez mais considerável domínio da orientação em estabelecimentos do ensino particular ou na prática privada, tornam oportuna a apresentação e discussão das referidas experiências e do citado relatório bem como de alguns estudos realizados no âmbito do Serviço organizador.

Justifica-se ainda a apresentação de outros estudos efectuados em Portugal sobre os mesmos problemas e de outras experiências semelhantes a cargo de outras instituições.

De acordo com o Programa Preliminar, os temas a abordar serão os seguintes:

ESTUDOS:

sobre os jovens portugueses

- Desemprego
- Atitudes e valores
- Relacionamento interpessoal
- Necessidades da orientação

Sobre as mulheres portuguesas

- Face à educação e ao trabalho
- Raciocínio diferencial das jovens
- Motivação para a realização das adolescentes

EXPERIÊNCIAS:

Orientação escolar no ensino básico

- no ensino primário
- no ensino preparatório

Orientação vocacional no ensino secundário

- Intervenção em grupo para alunos do 9.º ano
- Intervenção nas escolas onde foi lançado o ensino técnico-profissional.
- Acções nas escolas por parte do Instituto do Emprego e Formação Profissional

Formação dos profissionais de Consulta Psicológica Vocacional

- Competências básicas de Consulta Psicológica
- Formação prática em situação de estágio escolar
- Formação prática em situação de estágio profissional

ESTRUTURAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE ORIENTAÇÃO:

No âmbito do Ministério do Trabalho
No âmbito do Ministério da Educação

SEMANA ABERTA-84

Decorreu nos passados dias 10 a 14 de Abril nas instalações da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto a «Semana Aberta-84». Esta iniciativa, que reuniu um conjunto diversificado de actividades, pretendeu em termos de objectivos comemorar o fim dos sucessivos períodos transitórios desta Faculdade e homenagear o Prof. Doutor João Maria Amorim Cerqueira MACHADO CRUZ pelo papel determinante ao longo de todo esse processo, bem como promover a divulgação das funções e actividades da Faculdade na comunidade em que se insere e conhecer melhor as exigências desta para a formação e exercício profissional dos seus Licenciados.

No programa incluíram-se, nomeadamente, conferências, debates e mesas-redondas cobrindo as várias áreas de formação e intervenção dos psicólogos (Reinserção Social, Educação Especial, Serviços de Saúde, Psicologia Desportiva, Educação, Psicologia das Organizações). Ao mesmo tempo foram criados espaços de reflexão sobre a própria prática profissional dos psicólogos, em termos da sua regulamentação e feitas considerações sobre o futuro das especializações em Psicologia no âmbito da Licenciatura e Pós-graduação.

Durante estes dias esteve patente ao público uma exposição fotográfica e uma exposição-venda de publicações periódicas e não periódicas no âmbito da Psicologia e das ciências afins.

A importância da presente iniciativa correspondeu um público interessado e diversas instituições ligadas presentemente à prática psicológica nesta região do País. É também de registar a presença nestes actos de um bom número de Licenciados por esta Faculdade, que animaram também as mesas-redondas, bem como de representantes do Sindicato Nacional dos Psicólogos.

A organização da presente iniciativa coube aos vários órgãos da Faculdade (sendo de destacar a acção do Conselho Directivo), à Associação de Estudantes da Faculdade e à Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia (Zona Norte).

J. F. A. C.

Jornal de Psicologia

ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE

Tendo em vista a planificação das edições do *Jornal de Psicologia* para o próximo ano, e aproveitando a comemoração, em 1985, do Ano Internacional da Juventude, o *Jornal de Psicologia* reservará uma grande parte das suas páginas de texto, em todos os números a sair em 1985, para a publicação de artigos sobre temas e/ou problemáticas directa ou indirectamente relacionados com os jovens e adolescentes.

Serão particularmente bem recebidos trabalhos que abordem temas ligados ao seu desenvolvimento

psicológico em diferentes domínios (social, cognitivo, sexual, moral, etc.), ou à intervenção psicológica, em diferentes contextos, junto dos jovens e adolescentes.

Os interessados em submeterem os seus trabalhos para apreciação, deverão enviar dois exemplares do trabalho para «*Jornal de Psicologia*», Rua das Taipas, 76 — 4000 Porto, dirigidos ao Chefe de Redacção. Todos os trabalhos deverão obedecer às normas referidas nas «*Indicações aos Autores*», publicadas no presente número (ver pág. 8).



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE
LICENCIADOS EM PSICOLOGIA

PROMOVER E DESENVOLVER
A PSICOLOGIA EM PORTUGAL

Sede: APARTADO 353 — 4006 PORTO Codex

INTERNACIONAL II WORKSHOP EUROPEU DE NEUROPSICOLOGIA COGNITIVA

De 22 a 28 de Janeiro realizou-se em Bressanone, Itália, o Segundo Workshop Europeu de Neuropsicologia Cognitiva, organizado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Pádua. Como o seu subtítulo indica, este Workshop pretendeu fomentar a troca de ideias entre neurólogos e psicólogos e assim promover uma abordagem interdisciplinar a questões gerais e clínicas do funcionamento mental e estrutura cerebral; daí o título de Neuropsicologia Cognitiva.

Os participantes, foram aproximadamente em número de 100, e provieram, por ordem decrescente, de Itália (36), França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica e Suíça, Holanda, Escócia e Canadá, Áustria, Hungria, Polónia e Portugal. Como que exprimindo numericamente o objectivo do encontro, mais ou menos metade dos participantes têm o seu local de trabalho em Clínicas, Institutos Neurológicos e Hospitais (refira-se por curiosidade que o «histórico» La Salpetrière esteve também representado), e a outra metade em Institutos, Faculdades e Laboratórios de Psicologia.

Além da apresentação e discussão de posters, houve cinco sessões plenárias, cada uma destinada a uma temática de Neuropsicologia Cognitiva e organizada

por um investigador de reconhecido mérito nesse domínio. Em cada sessão foram apresentadas várias comunicações 50 minutos, discutidas primeiro por outro investigador da especialidade e depois pelos participantes em geral. A língua oficial foi o Inglês.

A primeira sessão, organizada por R. de Bleser, da Faculdade de Medicina de Aachen (Alemanha Federal), abordou a difícil questão da localização de funções mentais em zonas específicas do cérebro, e intitulou-se «Análise funcional e substractos neuronais». Andrew Kertesz, reputado neurólogo canadiano, falou sobre as técnicas actualmente disponíveis para determinar a localização de lesões cerebrais, referindo como a utilização do computador e de partículas radioactivas permite avaliar de forma mais precisa a extensão da lesão («Técnicas para a localização de lesões cerebrais» foi o título da comunicação). Klaus Poeck, também de Aachen, referiu-se em seguida às dificuldades em localizar claramente as lesões responsáveis pela afasia devido à existência de diferenças individuais no próprio cérebro («Variações cerebrais e individuais e localização da afasia»). Depois, foi a vez de John Marshall, do Hospital Radcliffe, Oxford, que discutiu questões mais gerais da relação mente/corpo, e gerou animada

discussão ao mostrar-se céptico quanto aos avanços no conhecimento sobre a localização de funções mais de um século após Broca («Condições de localização funcional»).

A segunda sessão plenária subordinou-se ao tema: «Planos, estratégias e perturbações neuropsicológicas», e a sua organização esteve a cargo de Carlo Semenza, da Universidade de Pádua. Enquanto na sessão anterior o referente tinha sido a estrutura cerebral, pode considerar-se que nesta sessão as atenções se voltam na outra direcção, a das estratégias de funcionamento. Walter Huber, do grupo de Aachen, discutiu observações de pacientes afásicos, nomeadamente o tipo e incidência de erros de linguagem («Estratégias de controle na afasia avaliadas pelo registo dos movimentos oculares»). Tim Shallice, da Unidade de Psicologia Aplicada do MRC, Cambridge, abordou a complexa capacidade do ser humano em prever e planejar, e as suas implicações para a resolução de problemas, referindo-se a dados provenientes da Inteligência Artificial («Perturbações de planeamento na resolução de problemas»).

A escrita e as disgrafias foram o tema da 3.ª sessão, organizada por Gabriele Miceli, da Universidade Católica de Roma. Discutiram-se primeiro as operações cognitivas envolvidas na escrita, e depois as perturbações, quer ocasionais em sujeitos normais, quer sistémicas em sujeitos lesionados, na ortografia e escrita. A apresentação dos modelos cognitivos propostos para dar conta das operações mentais subjacentes à escrita foi feita por Andrew Ellis, da Universidade de Lancaster, Inglaterra («Modelos cognitivos de escrita e ortografia»). Foram apontadas as limitações da mera utilização da correspondência «som»/«letra» (teoria da conversão fonema → grafema), e foi salientada a existência de um sistema de representação de palavras (uma espécie de armazém interno ou logogen) cujas características gerais foram já propostas por John Morton, psicólogo inglês também participante neste encontro. Uma análise de erros ortográficos e outros foi efectuada por Karolyn Patterson, da Unidade de Psicologia Aplicada de Cambridge («Perturbações na ortografia e na escrita»). Diga-se num parêntese que neste domínio da escrita em geral, e dos erros ortográficos em particular, é particularmente evidente o interesse de estudos comparativos de várias línguas (não vá uma delas tornar-se eternamente «oficial»).

Na 4.ª sessão plenária, organizada por Paul Bertelson, do Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Livre de Bruxelas, foi discutida a existência de processos gerais versus específicos na percepção de faces. As perturbações na percepção de faces devidas a lesões cerebrais, nomeadamente a prosopagnosia (incapacidade em reconhecer faces) foram abordadas por Jules Davidoff da Universidade de Swansea («Achados da patologia»). Uma interessante síntese dos estudos sobre o reconhecimento de faces por pessoas adultas normais foi apresentada por Justine Sergeant, do Instituto Neurológico de Montreal, Canadá («Achados dos estu-

dos sobre performance intacta»); nela a autora expressou mais uma vez a sua convicção de que os hemisférios cerebrais diferem quanto à sensibilidade para certas características espaciais, da estimulação, em que o hemisfério direito é mais sensível à informação de baixas frequências (como o contorno de uma cara) e o esquerdo à informação de altas frequências (como os pormenores da forma dos olhos e cabelo).

Na última sessão, foram de novo locuços aspectos mais gerais da investigação neuropsicológica e retomada a polémica mente/corpo. Foi John Marshall quem organizou este debate sob o título genérico «Autonomia, interacção e modularidade», cujo pano de fundo era constituído por questões epistemológicas, nomeadamente a da modularidade: o funcionamento de um sistema complexo e «altamente» sofisticado deverá ocorrer através da acção de um conjunto de componentes ou mecanismos, tão independentes quanto possível, os módulos. Giuseppe Sarigi, da Universidade de Pádua, fez uma apresentação de modelos hipotéticos de sistemas modulares, cuja existência poderia vir a ser testada a nível neurológico («Organização funcional e módulos cognitivos: modelos de implementação neurológica»). Jacques Mehler, da Casa das Ciências do Homem, Paris, expôs, entre outros, alguns dados provenientes em curso sobre o efeito de lesões no hemisfério direito ou esquerdo consoante os sujeitos tenham sido escolarizados ou sejam analfabetos (refira-se que as pessoas letradas observadas eram de nacionalidade brasileira e portuguesa), e que parecem sugerir que a recuperação de lesões no hemisfério esquerdo é superior nos sujeitos letrados («Podem os módulos ser organizados por meio de estratégias?»). De salientar a comunicação de Viktor Rosenthal, do Centro de Estudos de Telecomunicações, Paris, em que a modularidade foi analisada como paradigma implícito em qualquer abordagem científica — perante a hipercomplexidade, «dividir para conquistar» («Modularidade da razão científica: uma perspectiva metodológica»).

Tal como nas sessões plenárias, os 23 posters apresentações abrangeram variados temas, desde a especialização hemisférica investigada em sujeitos normais ao estudo de casos clínicos de afasia, agnosia e prosopagnosia, e deram um contributo importante para a troca de informação e pontos de vista entre os participantes.

Se é verdade que ao longo do Workshop foram evidentes diferenças de perspectiva e se vislumbraíram tensões aqui, além do que aliás é saudável, e até desejável, não é menos certo que algumas pontes foram lançadas entre os que preferem uma abordagem tipo hardware e trabalham mais a nível de mecanismos neuronais, e os que preferem uma abordagem tipo software e trabalham mais a nível de mecanismos cognitivos. Esperemos que este intercâmbio continue frutuoso no próximo ano.

SAO LUIS FONSECA E CASTRO

CALENDÁRIO - 1984

INTERNATIONAL ROUND TABLE FOR THE ADVANCEMENT OF COUNSELLING

Aarhus (Dinamarca): 5-9 de Agosto

Informações:

Derek Hope
Brunel University
Uxbridge, Middlesex
UB8 3PH, England

INTERNATIONAL FEDERATION OF PSYCHOANALYTIC SOCIETIES

Madrid (Espanha): 2-5 de Setembro

Informações:

Dr. Alejandro Gállego-Meré
Centro Psicoanalítico de Madrid
Mejía Lequerica, 18.2.
Madrid, 4, Espanha

XXIII INTERNATIONAL CONGRESS OF OF PSYCHOLOGY

Acapulco (México): 2-7 de Setembro

Informações:

ICP-Acapulco
P.O. Box 32366
San Antonio, Texas 78216 — U.S.A.

14th CONGRESS OF THE EUROPEAN ASSOCIATION FOR BEHAVIOR THERAPY

Bruxelas (Bélgica): 17-19 de Setembro

Informações:

Meeting Secretariat
Tiensestraat 102
3000 Leuven, Belgium

EUROPEAN REGIONAL MEETING — WORLD FEDERATION FOR MENTAL HEALTH

Beer Sheva (Israel): 30 de Setembro a 4 de Outubro

Informações:

Congress Secretariat
Ben Gurion University of the Negev
Beer Sheva, Israel

AMERICAN IMAGERY CONFERENCE

New York (E.U.A.): 9-11 de Novembro

Informações:

Akhter Ahsen
8th American Imagery Conference
c/o International Imagery Association
P.O. Box 1046
Bronx, NY 10471 — U.S.A.

COLLOQUE INTERNATIONAL DE PSYCHOLOGIE DU SPORT

Madrid (Espanha): 15-16 de Novembro

Informações:

Psico
Rua Luís Pastor de Macedo
Lote 29 — 1700 Lisboa, Portugal

INTERNATIONAL SEMINAR ON HEALTH PSYCHOLOGY

Havana (Cuba): 3-7 de Dezembro

Informações:

Gerardo Marin
Psychology Department
University of San Francisco
Ignatian Heights
San Francisco, CA 94117-1080 — U.S.A.

ADVANCES IN MEASURING COGNITION AND MOTIVATION

Atenas (Grécia): 10-20 de Dezembro

Informações:

Sidney Irvine
Department of Psychology
Plymouth Polytechnic
Plymouth, England PL4 8AA.